

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXIV nº 1474 | 13/05/2019 a 19/05/2019

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

PONTO DE EQUILÍBRIO

Ao completar três anos, legislação que contou com atuação direta da FAEP na sua criação garante o canal de diálogo entre indústrias e produtores por meio das Cadecs



sistemafaep.org.br

Aos leitores

Nos últimos anos, os produtores rurais, sindicatos rurais e a FAEP têm comemorado muitas conquistas para o campo. Entre tantas, uma está completando três anos no próximo dia 17 de maio. Nesta data no ano de 2016 era publicada a chamada Lei da Integração, que entre diversos pontos, estabeleceu as regras para que produtores integrados pudessem negociar, de igual para igual, com as indústrias. Até a data da publicação, um enorme esforço foi necessário, com destaque para o trabalho da FAEP, que empunhou a bandeira desde o início.

Mas a publicação da lei foi apenas o primeiro passo. Posteriormente, para que essa lei não ficasse apenas no papel, como tantas outras no Brasil, outro enorme esforço começou. E continua até hoje. Para que a legislação fosse aplicada na prática, o Sistema FAEP/SENAR-PR mobilizou seus colaboradores, líderes sindicais e produtores para a criação das Cadecs. E hoje, três anos depois, os resultados para o setor produtivo são significativos, como comprova a matéria de capa deste Boletim.

Apesar das conquistas já alcançadas, o desafio ainda é grande. A meta é instaurar Cadecs em todas as agroindústrias do Paraná. Mais que isso, fazer com que essas comissões sirvam como espaço para o debate e, principalmente, a construção de uma relação sólida e benéfica para ambas as partes. Sem distinção!

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldato, Ivo Pierin Júnior e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santaroza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafaneli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santaroza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos, Robson Vilalba e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pode-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1474:

Fernando Santos, APPA, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE



LEI DA INTEGRAÇÃO

Legislação que completa três anos permitiu mais equilíbrio e transparência na relação entre produtores e indústrias

PÁG. 6

ZARC

FAEP pede a ampliação do zoneamento agrícola de algumas culturas para atender diferentes regiões do Estado

Pág. 4

AVICULTURA

SENAR-PR coloca em processo de desenvolvimento mais três cursos para a atividade, com previsão para 2020

Pág. 12

FEIJÃO

FAEP, Syngenta e Frisia promovem evento para debater a sustentabilidade da cadeia produtiva do grão

Pág. 16

ITR

Cálculo do imposto não pode utilizar benfeitorias na propriedade. Confira as orientações da FAEP

Pág. 17

INFRAESTRUTURA

Quatro prioridades logísticas com papel determinante para o agronegócio do Paraná

Pág. 18

Cartilha destaca as conquistas do campo

Material elaborado pela FAEP elenca os principais êxitos do setor, com apoio direto dos sindicatos rurais

Ao longo das últimas décadas, a FAEP e os sindicatos rurais têm atuado intensamente na defesa dos interesses dos produtores rurais. Por meio de um trabalho constante de mobilização do setor produtivo e das ações das entidades do sistema sindical, o produtor rural acumula um vasto histórico de conquistas para os diversos elos da cadeia do agronegócio paranaense.

Com base neste histórico, a FAEP desenvolveu uma cartilha com as principais conquistas alcançadas nos últimos anos. Tais resultados são consequência de um forte e bem articulado trabalho, que contou e continua contando com importantes parcerias, com os sindicatos rurais e entidades públicas e privadas nos âmbitos estadual e federal.

O material final, a cartilha “Nossas Conquistas”, faz parte desta edição. Ainda, a publicação está disponível em www.sistemafaep.org.br, na seção Serviços.

Conquistas

Entre os itens da cartilha estão temas relacionados às políticas agrícolas, como as propostas de melhorias de crédito e seguro rural; meio ambiente, que inclui a manutenção do novo Código Florestal e a dispensa do licenciamento ambiental para pecuaristas envolvidos com bovinocultura de corte; e sanidades animal e vegetal, que elenca importantes acontecimentos, como a criação do Conselho Estadual



NOSSAS CONQUISTAS

CONFIRA O VÍDEO DA MATÉRIA

É fácil!

- Ligue a câmera do seu celular, aponte para o **QR Code**, acesse o link e assista;
- Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de **QR Code**.

de Sanidade Agropecuária (Conesa), o reconhecimento do Paraná como área livre de aftosa com vacinação e a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar).

Ainda, a publicação inclui conquistas reconhecidas na área de infraestrutura, energia, água, insumos agropecuários, questões fundiárias, agricultura, pecuária e criação de conselhos e programas, como o Consecana e o Conseleite.

“Essas conquistas fazem parte do legado da FAEP e dos sindicatos rurais, que mantêm o foco voltado para o futuro. Por trás de cada uma delas existe um esforço maior, uma determinação coletiva, muito

trabalho e conhecimento, que continuarão ocorrendo para persistirem os êxitos para o campo”, afirma o presidente do Sistema FAEP/ SENAR-PR, Ágide Meneguette.

Vídeo

Ainda, um vídeo de dois minutos de duração conta, de forma resumida, as conquistas obtidas nos últimos anos pela FAEP, sindicatos rurais e produtores paranaenses. O material audiovisual também está disponível no site do Sistema FAEP/SENAR-PR, na seção Vídeo, e também nas redes sociais da entidade.

FAEP solicita ampliação do Zarc no Paraná

Em ofício conjunto com Seab e Ocepar, Federação faz pedido de alterações no zoneamento de acordo com demandas das regiões

No dia 2 de maio, a FAEP, em conjunto com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (Seab) e a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), enviou um ofício ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) sobre o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) no Paraná. O documento elaborado atende as demandas de diferentes regiões do Estado em relação ao Zarc das culturas da soja, milho e citros.

As solicitações dividem-se em cinco especificidades: redução de risco na cultura da soja em sistema de Integração Lavoura Pecuária (ILP) nos solos tipo 1 (arenosos); extensão do plantio da soja em municípios de clima temperado; ajuste e ampliação do Zarc do milho em consórcio com a braquiária; republicação da Portaria para o Zarc das culturas de citros; e inclusão do Zarc do milho segunda safra para os municípios de Mariópolis e Clevelândia, na região Sudoeste do Paraná.

Segundo o coordenador do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP, Jeffrey Albers, que participou da elaboração do documento, as solicitações foram propostas em benefício do desenvolvimento agrícola do Estado, tendo o objetivo de aumentar e melhorar a abrangência do zoneamento. “Todos os assuntos abordados no ofício atendem reivindicações de diferentes regiões e culturas. É muito importante ter um Zarc bem aderente às necessidades do Estado como um todo”, afirma Albers.

Soja

Ainda que o cultivo de soja em solos arenosos no sistema ILP venha apresentando bons resultados há mais de duas décadas, as regiões com este tipo de terreno são enquadradas no nível de risco 40% do Zarc. Conforme cita o documento, “as companhias seguradoras não oferecem seguro rural para



agricultores que estão na faixa de risco citada, e as instituições financeiras não oferecem o custeio agropecuário”. Dessa forma, a intenção é a redução de risco de 40% para 30% nos solos tipo 1, com adoção do sistema Integração Lavoura Pecuária, para que os produtores rurais possam ter acesso às políticas de financiamento mencionadas.

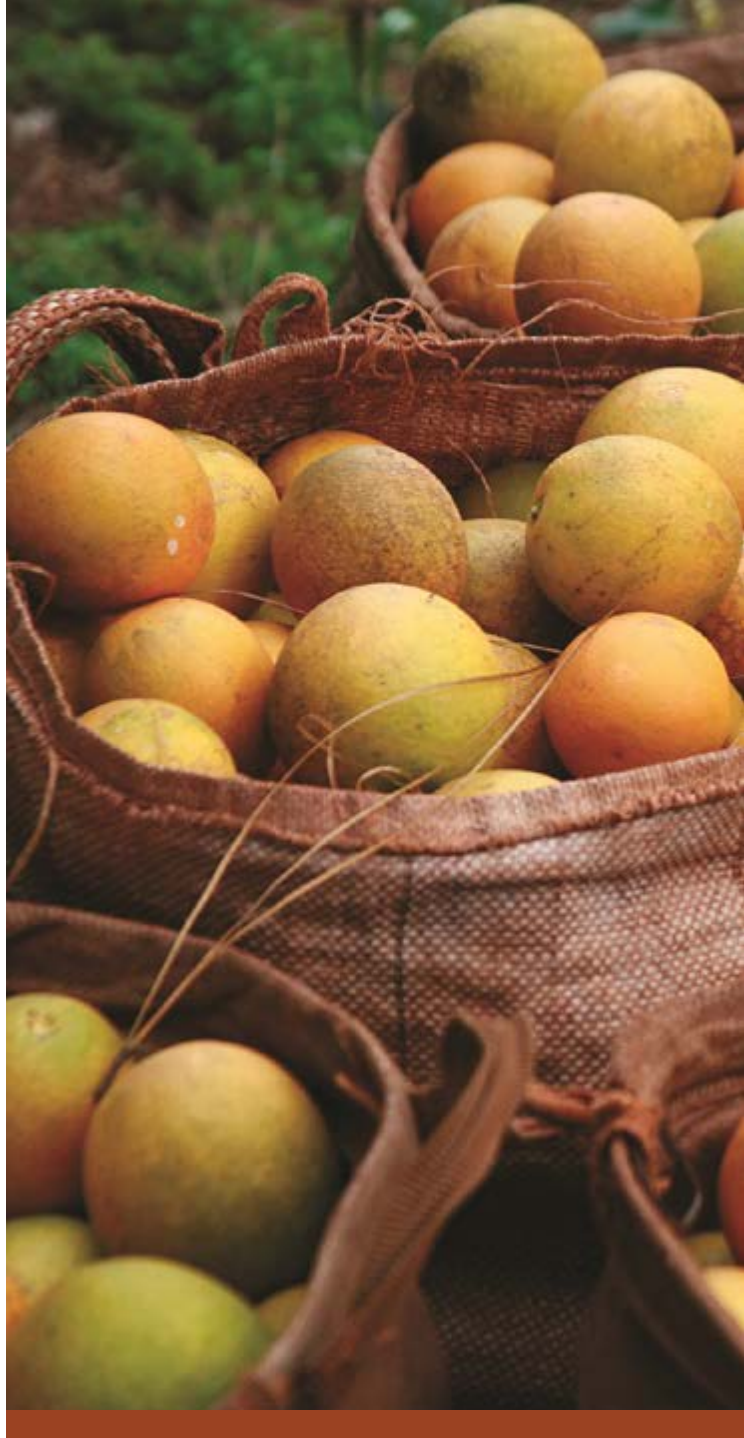
Ainda sobre a oleaginosa, o ofício também pede que a data limite de plantio da soja seja estendida até 20 de janeiro em municípios de clima temperado. A solicitação é fundamentada na atual janela de plantio destas localidades, menor em cerca de um mês em relação a regiões de clima subtropical. O coordenador do DTE da FAEP justifica que a ampliação respeita o período de vazio sanitário da soja no Estado, além de permitir a diversificação nas propriedades rurais destes municípios.



Milho

O milho consorciado com a braquiária é uma prática que melhora a qualidade do solo e reduz os gastos com fertilizantes químicos. O Zarc para o consórcio milho-braquiária no Paraná foi estabelecido em dezembro de 2018. Porém, há a necessidade de ajustes no calendário.

O documento aponta a necessidade de extensão das datas de término de plantio do milho-braquiária para que coincidam com o milho não consorciado, e que os municípios que já possuem o Zarc do milho segunda safra sejam incluídos no Zarc do milho-braquiária. Ainda sobre o milho safrinha, é preciso incluir os municípios de Mariópolis e Clevelândia, na região Sudoeste, no Zarc desta cultura.



Citros

Em 2017, o Mapa revogou o Zarc para as culturas de citros no Paraná, incluindo açaí, ameixa, cacau, citrus, coco, nectarina e pupunha. Por meio deste ofício, a FAEP, Seab e Ocepar pedem a republicação da Portaria que estabelece o Zarc destas culturas no Estado, devido às dificuldades atuais dos produtores na contratação de crédito e seguro rural.

“Ainda que a metodologia não esteja atualizada, como são culturas perenes, o reestabelecimento deste zoneamento é de grande valia para o produtor paranaense, tendo em vista a importância que essas culturas representam para o Estado. O Zarc irá oferecer mais respaldo e segurança aos produtores de citros”, aponta Albers.

Produção equilibrada e integrada

Lei de Integração completa três anos, trazendo condições para que produtores tenham relação igualitária com as indústrias

Por Felipe Aníbal

O processo de articulação para a criação da chamada Lei da Integração (Lei 13.288/2016) foi extenso e tortuoso, mas os seus reflexos se consolidam como uma conquista histórica. Não é para menos. Sancionada em maio de 2016, o marco regulatório deu condições para que produtores rurais integrados se sentassem à mesa de negociação com as agroindústrias em pé de igualdade e que, pela primeira vez, tivessem voz. Em três anos, a legislação trouxe mais equilíbrio e transparência a esse modo produtivo, o que, no Paraná, tem impulsionado setores como a avicultura e a suinocultura, com atuação expressiva da FAEP.

“A atuação da FAEP foi determinante para a definição do texto da lei e a criação da mesma. Foi uma vitória importante para o setor produtivo, já que a lei coloca o produtor rural como coautor no processo produtivo, pois participa diretamente da cadeia”, destaca Ágide Meneguette, presidente da FAEP.



Para entender os efeitos da lei, é preciso voltar no tempo, pois a integração, que se caracteriza pela vinculação entre a agroindústria e o produtor (veja o gráfico na página 7), não é um fenômeno recente. Esse arranjo produtivo começou a ser implantado no Brasil na década de 1960 pela Sadia, que se inspirou no modelo americano. Ao longo dos anos seguintes, a integração se consolidaria, principalmente porque fornece à indústria matéria-prima sob demanda, tanto em relação aos volumes (quantidade), quanto aos padrões de qualidade desejados.

O problema é que, como não havia uma lei que regulamentasse a integração, a relação entre integradora (indústria) e integrados (produtores) acabava, via de regra, desequilibrada. Os contratos eram firmados como parcerias e, por deter o poder econômico do processo, a agroindústria acabava ditando seus termos. Muitas vezes, isso implicava em condições desfavoráveis aos produtores, principalmente na remuneração e fornecimento de insumos.

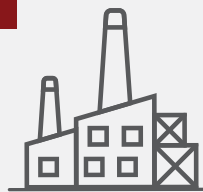


“Antes da lei, o poder estava nas mãos da integradora. Os produtores eram praticamente obrigados a assinar sem a possibilidade de analisar o contrato, tampouco discutir os termos contratuais. Hoje, os contratos são validados pela Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadec) e, quando solicitado pelos produtores, analisados também por assessores da FAEP”, observa o advogado Ruan Felipe Schwertner, do Departamento Jurídico da FAEP.

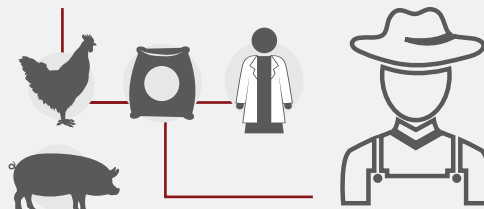
Mesmo a academia já atestou essa distorção em publicações científicas. Em artigo apresentado no encontro “Ensino, Direitos e Democracia”, da Associação Nacional de História, os autores João Henrique Zanelatto e Gilvani Mazzucco Jung destacaram que, antes da Lei da Integração, percebia-se “o poder assimétrico da integradora em relação aos seus integrados, seja nas questões de remuneração ou na resolução de problemas na atividade”.

Como funciona a produção integrada vertical

1



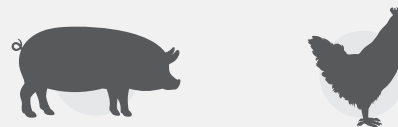
Agroindústria fornece os principais insumos necessários ao produtor



2



Com infraestrutura própria (aviários ou granjas), **produtor** recebe os insumos e cria os animais, de acordo com a demanda da **agroindústria**



3



Animais retornam à agroindústria para abate e processamento, e o produtor é remunerado de acordo com os **resultados zootécnicos** atingidos e **critérios de meritocracia**



A lei

Essa desigualdade de forças começou a ficar mais evidente conforme a integração assumia papel determinante na expansão da atividade agropecuária. Hoje, por exemplo, mais de 70% da produção avícola do Paraná e mais de 50% da de suínos ocorrem a partir da integração vertical. Para a FAEP, se tornou evidente a necessidade de uma lei que estabelecesse regras para os contratos de integração e que garantisse aos produtores condições equânimes para com a indústria.

As primeiras discussões começaram em 1998, quando o então deputado federal Milton Mendes (PT) apresentou um projeto de lei para regulamentar a integração. A proposição, no entanto, não avançou no Congresso. Em 2011, um novo projeto de lei foi apresentado, desta vez, pela senadora Ana Amélia (PP), e com forte apoio do setor produtivo, com aval de entidades como a FAEP e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

O projeto foi aprovado no Senado, mas começou a se arrastar com lentidão na Câmara Federal. A proposição de uma série de emendas – pelo menos 17 foram apresentadas – ameaçava enfraquecer o projeto original e poderia impedir que o almejado equilíbrio fosse institucionalizado. Para se chegar a um consenso, foi necessária uma articulação de cinco anos, envolvendo 85 entidades representativas, inclusive a FAEP, órgãos de pesquisa e universidades.

“Nós tivemos uma participação intensa. Enviamos uma série de ofícios, pedindo urgência na votação do projeto, tivemos muita interlocução com parlamentares e participamos de incontáveis audiências públicas em Brasília, em reuniões da Comissão Nacional de Aves e Suínos na CNA, e em reuniões na ABPA [Associação Brasileira de Proteína Animal], sempre no sentido de apresentarmos dados confiáveis que comprovavam o desequilíbrio que havia entre indústria e produtores e de mostrar que a instituição da lei traria benefícios a todas as partes”, ressalta Meneguette.

A partir dessa ação conjunta, o projeto foi aprovado pela Câmara e pelo Senado e, enfim, sancionado pelo então presidente em exercício, Michel Temer, e publicada em 17 de maio de 2016. Para o setor produtivo, a nova lei vinha com gosto de vitória e de que, finalmente, poderia ter suas demandas levadas em consideração, de forma mais ativa e igualitária. “Nós encaramos a aprovação dessa lei como uma grande conquista, porque equilibrou a balança entre nós e a indústria. Os produtores deixaram de ser reféns das condições da indústria”, avaliou Meneguette.

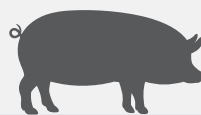
Ainda, a regulamentação também foi favorável para as agroindústrias. Antes, com a falta de legislação específica para a relação de integração, as empresas ficavam vulneráveis juridicamente, inclusive enfrentando ações trabalhistas movidas por parceiros.

Cadecs

Além de fixar as bases para os contratos de integração entre a indústria e os produtores rurais, a lei estabeleceu uma

CADECs NO PARANÁ

Confira onde estão localizadas as unidades produtivas e o estágio de desenvolvimento de cada Cadec



11

unidades produtivas
na suinocultura



32

unidades produtivas
na avicultura

6

com Cadecs
consolidadas

14

com Cadecs
consolidadas

1

com Cadecs
em implementação

7

com Cadecs
em implementação

4

sem Cadec
implementada

6

sem Cadec
implementada

figura importantíssima ao equilíbrio: a Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadec). Trata-se de um mecanismo no âmbito do qual devem ser discutidos e deliberados todos os assuntos relacionados à integração, como forma de construir consenso. Por isso, cada unidade produtiva da integração deve ter sua própria Cadec, composta de forma paritária: até cinco produtores rurais e até cinco representantes da indústria.

As decisões definidas nas reuniões das comissões são registradas em ata, e passam a integrar os contratos de inte-



Conquistas das Cadecs

- No primeiro semestre de 2018, a União Europeia embargou grande parte da carne de frango brasileira, descredenciando oito plantas agroindustriais no Paraná. As Cadecs negociaram com as indústrias para que os avicultores integrados fossem remunerados pelo período em que os aviários ficaram parados.
- Em maio de 2018, durante a greve dos caminhoneiros, as Cadecs negociaram junto aos grevistas a liberação de caminhões que transportavam ração e outros insumos. Com isso, os veículos puderam passar pelos bloqueios e entregar os produtos nas granjas e aviários, evitando a morte de animais.
- Em abril de 2019, a BRF anunciou que suspenderia o abate de frangos em sua unidade de Carambeí, nos Campos Gerais. A partir da intermediação da Cadec, a indústria se dispôs a pagar uma indenização aos avicultores, calculada com base no tamanho dos aviários e no período pelo qual se estender a paralisação.



NÚCLEO CADECs

Paraná é referência nacional na implantação de Cadecs

Quando se fala na aplicação da lei e na criação de Cadecs, aliás, o Paraná está bem à frente do restante do país, novamente, com papel fundamental do Sistema FAEP/SENAR-PR. Na avicultura, das 32 unidades produtivas, apenas seis ainda não tem comissões instituídas. Em 15 integradoras, as Cadecs estão completamente consolidadas. Na suinocultura, das 11 agroindústrias, seis já contam com comissões consolidadas.

“As Cadecs que já estão consolidadas têm sido um canal muito positivo, que vêm melhorando a conversa entre indústria e produtores, com bons resultados, formas de pagamentos mais transparentes. A tendência é de que o diálogo se concentre quase exclusivamente pelas Cadecs”, explica a médica veterinária Nicolle Wilsek, técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Parte deste desempenho se deve à atuação do Sistema FAEP/SENAR-PR, que criou uma política de estímulo às Cadecs. Representantes da Federação têm viajado todas as regiões do Estado, prestando assessorias técnica e jurídica para a constituição e consolidação dessas estruturas. Tanto que o “Projeto Cadec Brasil”, da CNA, foi inspirado no modelo desenvolvido pela FAEP.

“O Estado do Paraná está adiantado no processo de formação e consolidação das Cadecs. O Sistema FAEP/SENAR-PR tem apostado nessa sensibilização, de mostrar aos produtores a importância de se estabelecer as comissões, e isso tem feito a diferença”, aponta a médica veterinária Mariana Assolari, técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR. Esse panorama paranaense é resultado de uma ação conjunta do setor produtivo primário e agroindústrias que participaram ativamente do processo, mobilizando produtores para a implementação das comissões.

Linha do Tempo



Cadecs contabilizam conquistas e benefícios aos produtores

Nas integrações em que a Cadec está consolidada, os produtores já colhem os louros dessa relação equilibrada. Em Carambeí, nos Campos Gerais, a comissão teve um início turbulento. Hoje, com a relação equalizada, suinocultores e empresários chegaram a um consenso, positivo para ambos os lados. Os produtores apontam melhoras significativas no carregamento de leitões e fêmeas, nas entregas de ração e medicamentos. Além disso, com a mudança na forma de remuneração, os pecuaristas já conseguiram reajuste de 5%.

“Tudo isso pode parecer simples, mas por longos anos os produtores sofreram muito com as imposições da indústria. Toda falta da integradora caía nos ombros do produtor. Não tínhamos voz”, aponta o coordenador da Cadec local, Emanuel Choaire. “Antes da lei, ficamos mais de cinco anos sem reajuste”, complementa.

Em Jaguapitã, no Norte-Central, a primeira tentativa de instituir uma Cadec na integração da avicultura da unidade produtiva da JBS ocorreu em 2017, mas acabou fracassando. A comissão voltou à ativa no início deste ano e engrenou, representando 112 avicultores. Hoje, o grupo discute com a indústria a instalação de painéis de energia solar nos 250 aviários.

“O produtor integrado fica muito isolado, sem informações. Em grupo, pela Cadec, é mais fácil a negociação e a troca de informações. Ainda tem muita coisa para ser feita, mas todo mundo vai ganhar com isso. O caminho é esse”, avalia o coordenador da Cadec de Jaguapitã, José Reschette.

Nos casos em que as Cadecs caminham bem, as agroindústrias também colhem bons resultados pela relação igualitária com os produtores. Algumas unidades industriais têm ouvido os pecuaristas e, com isso, diminuindo os conflitos judiciais em decorrência da integração. “Temos casos de algumas agroindústrias

que nos ligam, solicitando modelo de contrato. E acabam adotando na íntegra o que é proposto”, aponta o Schwertner, da FAEP.

Há muitos pontos que, é claro, precisam ser corrigidos. Em alguns casos, as comissões patinam pela falta de interesse dos próprios produtores. Em outros, a indústria tem criado estratégias de pressão sobre os integrantes da comissão, como forma de manter controle sobre a Cadec. Um desses artifícios são represálias aplicadas, caso a comissão bata de frente com a integradora.

“Ainda há relatos de retaliações, como fornecimento de insumos de baixa qualidade ou aumento do intervalo entre lotes, quando os produtores se manifestam de forma contrária aos interesses da indústria”, observa Mariana. “Por isso a participação de todos é tão necessária. Temos que fortalecer as Cadecs”, acrescenta.

Sem comissão

Nas integrações que ainda não constituíram comissão, os produtores continuam vulneráveis na negociação com o setor industrial. Em Umuarama, na região Norte do Estado, os avicultores relatam distorção nos preços pagos. Em regra, os aviários têm alojado menos que o previsto e os insumos têm sido destinados com atraso, sem qualquer contrapartida da agroindústria. Por outro lado, os produtores afirmam que não estão claros os critérios aplicados nos descontos por penalizações.

“Os avicultores estão à mercê das empresas. Muitos têm medo de reclamar, porque têm financiamento bancário para pagar. Com isso, a indústria faz o que quer”, diz uma produtora que concedeu entrevista sob condição de anonimato. “O custo de engorda da região aumentou, mas continuamos recebendo o mesmo que cinco anos atrás. Há um desânimo geral e muitos querem vender os aviários”, atesta.



SENAR-PR desenvolve novos cursos para produtores de aves

Formações contam com o que há de mais atualizado no manejo em granjas. Primeiras turmas irão a campo a partir de 2020

Por Antonio C. Senkovski

Líder absoluto na exportação de carne de frango no Brasil, o Paraná enviou para o exterior mais de 1,5 milhão de toneladas do alimento em 2018, com uma movimentação de 2,3 bilhões de dólares, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). O volume, em toneladas, equivale a 37,2% de tudo o que o país vendeu de frango ao mercado estrangeiro no ano passado. E a perspectiva, seguindo a tendência de crescimento em participação no plano nacional dos últimos 13 anos, é de que o Paraná siga no topo do ranking desse filão bilionário dentro da produção de alimentos.

A posição de protagonista do Estado nesse setor não foi conquistada da noite para o dia. O SENAR-PR investe,

desde a sua criação, em formações de alto nível para os avicultores. Desde 2014, por exemplo, o curso “Operação de controladores de ambiência para aviários”, ministrado no Centro Tecnológico de Avicultura (CTA) em Assis Chateaubriand, no Oeste do Estado, já capacitou 485 produtores de aves. De 2007 a 2017, a formação “Manejo de frango de corte” atendeu a mais de 2 mil participantes. Atualmente, a capacitação passa pelo processo de atualização.

Agora, para substituir essa última formação, o SENAR-PR trabalha na formatação de três novos cursos para capacitar avicultores e trabalhadores. O objetivo é que os participantes das formações em questão sejam capazes de implantar e

Parceria para curso na produção de ovos

O SENAR-PR, em parceria com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e a Embrapa Aves e Suínos, desenvolveu o programa “Boas práticas na produção de ovos”, devido a um aumento significativo na produção do alimento. O Paraná já conta com mais de 1,8 mil aviários de postura registrados e com produção de mais de 292 milhões de dúzias de ovos por ano. A proposta está em fase de avaliação.

ATUAÇÃO



adotar técnicas de manejo em granjas de corte, melhorar a gestão da produção, a qualidade e a biossegurança. Tudo isso por meio da capacitação de técnicos, funcionários e produtores, de forma a garantir o padrão de qualidade exigido pelo mercados interno e externo em todas as etapas de produção, dos alojamentos até a finalização de lotes.

De acordo com a médica veterinária do SENAR-PR Mariana Assolari, que está à frente do processo de elaboração das formações, os novos cursos estão sendo formatados de acordo com o que há de mais atual em termos de regras de manejo nas propriedades produtoras. “A construção do curso será norteada pelas diretrizes publicadas nas instruções normativas do Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA), respeitando os procedimentos de biossegurança que restringem o acesso às granjas. Os cursos serão estruturados com aulas teóricas em grupo, seguidas de visitas técnicas individuais, para a aplicação de questionários e a prestação de instruções para elaboração de um plano de melhorias em cada propriedade”, explica.

O fato de haver a previsão de atividades *in loco* nas propriedades é um diferencial dos cursos, já que isso torna possível um plano de ação prático, com resultados importantes à avicultura estadual. “As aulas práticas e questionários representam importantes ferramentas para estabelecer procedimentos de realização de operações rotineiras e específicas na produção de aves. Entre elas estão manejos relacionados a alojamento, período intermediário, pré-abate, higiene das instalações, equipamentos, comedouros e utensílios, controle de pragas e higiene e saúde do manipulador”, acrescenta.

Saiba mais sobre o conteúdo dos três cursos em elaboração

“Manejo no alojamento de frangos de corte”

Os conteúdos serão voltados ao intervalo entre lotes; preparo do aviário para recebimento de animais; manejo de alojamento dos pintinhos; ambiência para primeira semana de idade; regulagens de comedouros e bebedouros; simulação de vacinação via água de bebida e metodologias de avaliação da eficiência do desenvolvimento das aves.

“Manejo no período intermediário de frangos de corte”

Ambiência a partir da segunda semana de idade até pré-abate; regulagens de comedouros e bebedouros; gestão de controles produtivos e documentos da granja e manejo de cama durante o lote em andamento.

“Manejo pré-abate de frangos de corte”

Gestão no controle do consumo da ração de retirada; manejar o pré-abate; manejo de luz durante o pré-abate; ambiência durante o pré-abate e carregamento das aves.

Andamento das formações

A proposta do curso está na fase de preparação para a elaboração dos materiais didáticos a serem utilizados. Depois, haverá a prospecção de parceiros, quando os técnicos do SENAR-PR irão contar com a participação de outras entidades e empresas do setor, para garantir que os treinamentos atendam a demanda do mercado. Por último, ocorrerá a formação de instrutores. A expectativa é que as primeiras turmas comecem no primeiro semestre de 2019.

Para mais informações sobre essas e outras formações do SENAR-PR, procure o sindicato rural mais próximo ou um dos escritórios regionais da entidade. Os contatos e endereços estão disponíveis em www.sistemafaep.org.br.

O mundo dividido em dois blocos

Episódio conhecido como Guerra Fria colocou em lados opostos Estados Unidos e União Soviética e outros tantos países, conforme o modelo econômico que defendiam

Nos últimos anos, algumas questões internacionais envolvendo países como Ucrânia e Venezuela colocaram frente a frente as duas maiores potências mundiais: Estados Unidos e Rússia. Diante disso, impossível não recordar da Guerra Fria, período após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando Estados Unidos (capitalista) e União Soviética (socialista) polarizaram as relações internacionais. Os diferentes sistemas econômicos e políticos adotados pelos dois países eram antagônicos e concorrentes. De um lado, o capitalismo estadunidense e seu sistema político democrático; do outro, o comunismo soviético sob o comando autoritário de Stalin desde 1922.

A expressão Guerra Fria define bem a situação existente naquele contexto porque as duas potências não chegaram a se enfrentar diretamente em um conflito armado, pois ambas possuíam a bomba atômica, ou seja, um eventual conflito direto não acabaria sem a destruição total do inimigo e, talvez, de boa parte do planeta.

Na época, os dois lados começaram uma disputa internacional por poder em que toda e qualquer oportunidade para expandir seu do-

mínio e influência pelo mundo era aproveitada. A fim de unir militarmente os países alinhados do Ocidente, foi criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 4 de abril de 1949, com a participação de Estados Unidos, Canadá, Portugal, Itália, Noruega, Dinamarca, Islândia, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, França e Reino Unido. Já os países alinhados à União Soviética, como Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polônia, Tchecoslováquia e Romênia organizaram-se, em 14 de maio de 1955, no Pacto de Varsóvia. As duas organizações tinham por objetivo garantir a proteção mútua dos seus membros, assim, caso um país fosse atacado, seus aliados deveriam enviar ajuda.

Apesar de não terem combatido diretamente, Estados Unidos e União Soviética envolveram-se em conflitos por meio de guerras em países periféricos, como a Guerra do Vietnã (1959-1975), Guerra do Afeganistão (1979-1989) e a Guerra das Coreias (1950-1953), em que cada uma das potências apoiou belicamente um grupo armado diferente, conforme seus interesses naquelas regiões.



Corrida espacial

Investimentos em tecnologia, armas e propaganda foram elementos centrais na Guerra Fria. Cada um dos lados buscava provar para o mundo sua superioridade e a do modelo econômico que defendia. A competição chegou a ultrapassar os limites do próprio planeta Terra no final da década de 1950 com a chamada Corrida Espacial. Ou seja, a disputa pelo pioneirismo na conquista do espaço quando, em 4 de outubro de 1957, os soviéticos lançaram o primeiro satélite artificial do planeta, o Sputnik.

Em outubro de 1962, a tensão entre os dois países aumentou no episódio chamado de Crise dos Mísseis de Cuba, quando a União Soviética posicionou mísseis direcionados ao país inimigo na ilha caribenha, também comunista e sua aliada, em resposta aos mísseis instalados pelos estadunidenses na Turquia, país que fazia fronteira com os soviéticos.

Apesar de terem combatido juntos os países do Eixo - Alemanha, Itália e Japão - durante a Segunda Guerra Mundial, as relações entre Estados Unidos e União Soviética eram tensas.

Com o fim da guerra se aproximando, a relação entre os dois países ficava cada vez mais complicada e, quando o conflito de fato terminou, já era evidente que a colaboração entre as duas potências também havia chegado ao fim. O inimigo comum - nazismo - era o que os mantivera lado a lado e, uma vez derrotado, cada um dos países buscou tratar dos seus próprios interesses políticos, econômicos e territoriais.

Entre os dias 17 de julho e 2 de agosto de 1945, na cidade alemã de Potsdam, aconteceu a última das reuniões entre os Países Aliados, com a presença de Joseph Stalin, líder soviético; de Harry S. Truman, presidente dos Estados Unidos; e de Winston Churchill, primeiro-ministro britânico. O objetivo dessa conferência era decidir o futuro da Alemanha, derrotada, e dos territórios ocupados pelos nazistas. O resultado foi a divisão da Alemanha em quatro zonas, ocupadas pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e União Soviética. A capital alemã, Berlim, foi também dividida entre as quatro potências. A zona soviética formou a República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), comunista, e as outras três uniram-se para formar a República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental).

Foi dessa divisão que emergiu um dos maiores símbolos da Guerra Fria, o Muro de Berlim. Erguido em agosto de 1961 pela Alemanha Oriental para impedir que sua população fugisse para o lado ocidental, o muro dividiu a capital alemã até 9 de novembro de 1989, quando o Partido Comunista da Alemanha Oriental anunciou que a população poderia atravessar a fronteira para a República Federal da Alemanha livremente. A queda do muro, como ficou conhecido o episódio, simbolizou também o fim da Guerra Fria, pois mostrava o enfraquecimento do comunismo e a proximidade do colapso soviético, o que ocorreu pouco mais de dois anos depois, em 26 de dezembro de 1991.



Os elos da cadeia produtiva do feijão

Evento promovido FAEP, Syngenta e Frísia irá debater sustentabilidade na atividade, desde a produção até o consumo



O feijão é uma cultura representativa no Brasil e, em especial, no Paraná. Em termos de produção, enquanto o país ocupa o terceiro lugar no mundo, o Paraná figura no topo do ranking como maior produtor nacional do alimento. Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) indicam que, na safra 2017/18, o Estado foi responsável por cerca de 18% da produção brasileira do grão, atingindo a marca de 587,4 mil toneladas.

Diante deste cenário, a FAEP, a Syngenta e a cooperativa Frísia irão promover o evento “Do Campo à Mesa: Sustentabilidade na cadeia produtiva do feijão”, dia 20 de maio, em Carambeí, na região dos Campos Gerais. Tendo em vista o valor que essa cadeia produtiva tem no Paraná, o objetivo é abordar a relação entre o papel do agronegócio e as práticas sustentáveis no campo.

Segundo a representante de Assuntos Públicos da Syngenta, Laila Pinheiro, a proposta é unir as discussões sobre sustentabilidade em pauta na sociedade ao conhecimento do campo e de quem vive essa realidade no dia a dia. “Queremos demonstrar o valor da cultura e a versatilidade do feijão. A intenção é valorizar a cadeia produtiva até o seu momento final, quando chega à mesa do brasileiro”, destaca.

A programação contará com a participação de um produtor de feijão para falar sobre as boas práticas utilizadas na produção; um representante da cooperativa Frísia, que

Serviço

Do Campo à Mesa: Sustentabilidade na cadeia produtiva do feijão

Data: 20 de maio

Horário: 9h30

Cidade: Carambeí

Local: Parque Histórico de Carambeí

Endereço: Av. dos Pioneiros, 4.050 - Zona Rural

irá comentar sobre as exigências com seus cooperados a respeito da sustentabilidade na cultura e as ações de apoio ao agricultor; e, por fim, o coordenador do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP, Jefrey Albers, para abordar a conjuntura da cultura do alimento e a importância econômica que a atividade representa para o Paraná.

“O feijão vem se consolidando como uma alternativa de produção. Existe um mercado consumidor muito forte, principalmente pela cultura de consumo do feijão no Brasil. Então existe essa viabilidade da diversificação na propriedade rural”, afirma Albers.

Para finalizar, serão servidos pratos feitos à base de feijão aos participantes.

Bons resultados

Outro incentivo para a realização deste evento foram os resultados do Projeto Centro-Sul de Feijão e Milho, uma parceria da Syngenta com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e outras instituições. Por meio da implantação de técnicas de plantio direto, uso responsável do solo e manejo adequado, existem dados que já comprovam o aumento de retorno financeiro ao produtor. De acordo com a representante da Syngenta, de 2017 para 2018, a produtividade média de feijão dos participantes do programa ficou 1,5 ponto percentual acima da média do Paraná.

“A cultura do feijão já tem uma boa representatividade nas práticas sustentáveis. Queremos oferecer ao agricultor os melhores conhecimentos que ele pode aplicar no campo para produzir mais. Um dos maiores benefícios desse evento é dar visibilidade para as pessoas da cidade entenderem que aquele produto é fruto de práticas sustentáveis”, complementa Pinheiro.

Cálculo do ITR não pode considerar benfeitorias na propriedade



FAEP orienta que produtores e sindicatos procurem as prefeituras para garantir a cobrança correta

A Instrução Normativa 1.877/2019, publicada pela Receita Federal no dia 15 de março, alterou as regras para o cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). A IN 1.877 modifica a forma de prestação de informações sobre Valor da Terra Nua (VTN) pelos municípios que aderiram à municipalização do ITR à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), que serve como base de cálculo para o pagamento do imposto.

Para a execução das novas regras da IN 1.877/2019, a FAEP orienta que os produtores e sindicatos rurais en-

trem em contato com as prefeituras, além de garantir as regras determinadas na Instrução Normativa 1.640/2016, da Receita Federal, e na Lei 9.393/96. O VTN deve ser calculado a partir do valor do solo com sua superfície e a respectiva mata, floresta e pastagem nativa ou qualquer outra forma de vegetação natural, considerando apenas a localização e dimensão do imóvel e aptidão agrícola. Ainda, o cálculo deve obrigatoriamente excluir os valores de mercado relativos a construções, instalações e benfeitorias, culturas permanentes e temporárias, pastagens cultivadas e melhoradas e florestas plantadas.

Em situações que o cálculo do ITR adote os valores do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab), o município é obrigado a fazer a adequação, mediante justificativa técnica, entre as aptidões levantadas pela Seab e as indicadas na própria IN 1.877.

Os municípios têm até o dia 30 de junho para informar à Receita Federal

e aos proprietários de imóveis do VTN aferido em sua extensão territorial. A relação das cidades que aderiram ao convênio está disponível no endereço www.receita.economia.gov.br.

Novas regras

A principal mudança está na exigência de que os valores de VTN sejam obtidos mediante levantamento técnico realizado por profissional legalmente habilitado, vinculado ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e aos correspondentes Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (Crea), e contratado pela prefeitura. Esse novo procedimento garante rigoroso caráter técnico ao levantamento do VTN.

Até a adoção deste novo procedimento, os valores eram definidos em pesquisas de intenção de venda, ofertas e/ou opiniões, critérios que favoreciam a especulação imobiliária, muitas vezes distanciando do valor real da terra nua. E, desta forma, fazendo com que o produtor rural pagasse um imposto maior.

Prioridades em infraestrutura para o agro

FAEP avalia que importância teria cada um dos quatro principais projetos do governo para o setor

Por Felipe Aníbal

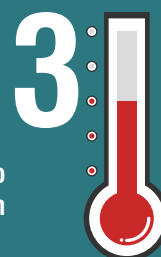
Não tem segredo: o produto do campo precisa chegar à mesa do consumidor. Ou seja, a logística tem papel determinante para o agronegócio. Por isso, é fundamental que haja uma sólida infraestrutura que permita escoar essa produção até as agroindústrias e mercados e/ou até os terminais de exportação. Quanto mais eficiente são esses canais, maior será o retorno financeiro para o produtor.

No Paraná, que se notabiliza por ser um grande exportador, por exemplo, de grãos e proteína animal, o peso da logística se torna ainda mais evidente. Por isso, é natural que projetos de infraestrutura estejam, também, no epicentro das prioridades de cada governo estadual.

Neste cenário, o Boletim Informativo destaca quatro dos principais pacotes de infraestrutura em discussão no Estado e que peso cada um deles teria para o agronegócio. Para isso, o BI estabeleceu uma escala, que vai de 1 a 5 (conforme o grau de importância).

Grau de importância para o agronegócio

Faixa de Infraestrutura



Conjunto de obras que contempla a construção de um porto com canal em Pontal de Sul, com uma linha férrea e uma rodovia duplicada.

Alvo de uma série de discussões sobre os impactos ambiental e social que causaria ao Litoral do Paraná, a Faixa de Infraestrutura corresponde a um pacote de obras que contempla a implantação de uma zona portuária no município de Pontal do Sul, com acesso por meio de um novo corredor rodoviário duplicado. O complexo contemplaria, ainda, um novo ramal ferroviário e linhas de transmissão elétrica, além de um canal de drenagem.

Como o agronegócio concentra suas exportações de grãos sólidos a partir do Porto de Paranaguá, para o setor, a Faixa de Infraestrutura teria um impacto e interesse

médios. Segundo Nilson Hanke, o novo porto seria focado apenas no embarque de contêineres. Portanto, toda a produção do complexo soja, por exemplo, continuaria sendo embarcada via Paranaguá. O terminal, no entanto, pode ser uma opção adicional à exportação de produtos da avicultura e suinocultura.

“Quanto mais portos tivermos, mais facilita a importação e a exportação, com ampliação da concorrência e economia de custo. Melhora a competição. Ainda assim não seria algo que venha a trazer um impacto muito grande ao agronegócio”, aponta o consultor da FAEP.



Grau de importância
para o agronegócio

Porto de Paranaguá

Obras para desafogar o tráfego no acesso ao corredor de exportação, modernização de equipamentos e transferência da homologação de batimetrias ao Paraná.



Principal canal de exportação do Paraná, o Porto de Paranaguá fechou 2018 com um recorde de movimentação. Pelo terminal, 33,4 milhões de toneladas foram embarcadas para outros países ao longo do ano passado. Quase metade deste volume (15 milhões de toneladas) era de soja. Apesar disso, o Porto demanda uma série de melhorias, que facilitarão o acesso de caminhões e ampliarão a capacidade de embarques.

Um dos pontos seria a implantação de elevados e alças de acesso ao longo do chamado

“Corredor de Exportação”, por onde os caminhões que transportam cargas em granel sólido chegam ao pátio de triagem. Segundo o consultor de logística da FAEP, Nilson Hanke, seriam necessárias três intervenções para desafogar o tráfego.

Outro aspecto em análise é a substituição de *shiploaders* (cargadores de navios) por outros mais potentes, com capacidade de ampliar os embarques em 2 mil toneladas/hora.

“O nosso corredor de exportação já tem mais de três décadas. No período de pico,

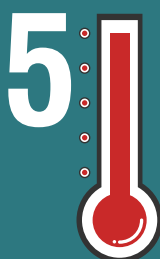
os caminhões demoram três ou quatro horas para entrar e sair. É preciso agilizar isso”, observa Hanke.

Além disso, seria decisivo se as homologações das batimetrias (que medem a profundidade da calha dos terminais) pudessem ser feitas pela Capitania dos Portos, no Paraná. Hoje, o processo é encaminhado à Marinha, no Rio de Janeiro, que, sem equipe para absorver a demanda, demora cerca de um ano para referendar as análises. A medição mais recente apontou profundidade de 13,5 metros, mais o pedido de homologação ainda está na fila da Marinha.

“Se essa batimetria tivesse sido referendada, nós poderíamos embarcar de 7 mil a 10 mil toneladas a mais por navio. É dinheiro que está sendo perdido. Tudo isso contribuiu para aumentar o chamado ‘Custo Brasil’”, aponta Hanke.

Grau de importância
para o agronegócio

Ampliação da malha ferroviária



Ampliação da malha ferroviária do Estado, fazendo a ligações de regiões que são polos produtores, integrando-as ao corredor que conduz a Paranaguá.

Hoje, apenas 18% dos produtos a serem exportados a partir do Porto de Paranaguá chegam ao terminal por ferrovias. O dado revela a dependência extrema que o Estado ainda tem de rodovias, o que encarece o transporte e, por conseguinte, os custos de produção. Ampliar a infraestrutura ferroviária é urgente, principalmente interligando Guaíra e Cascavel à linha que já existe.

“Precisamos inverter esse percentual, ou seja, que 80% do transporte sejam feitos por ferrovias. Precisamos tirar o produto do agronegócio do caminhão e colocar em trilhos”, aponta Hanke.

Em 2016, o governo do Paraná deu início aos estudos para implantação de um ramal ferroviário que ligaria Dou-

rados, no Mato Grosso do Sul, a Paranaguá. O empreendimento orçado, à época, em R\$ 10 bilhões previa mais 750 quilômetros de linha férrea. Quatro consórcios chegaram a manifestar interesse por executar a obra, por meio de Parceria Público-Privada (PPP), mas, aos poucos, essas empresas foram desistindo do empreendimento, o que transformou a ferrovia em uma incógnita.

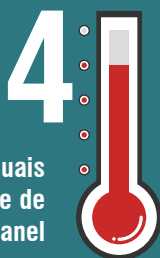
A FAEP, no entanto, defende que a nova linha não vá até Dourados, mas que se concentre no Paraná, o que otimizaria os recursos do Estado. Desta forma, seriam implantados um ramal entre Guaíra e Cascavel, se integrando à ferrovia já existente. Além disso, Hanke defende a necessidade de se “refazer” o trecho entre Cascavel e Guarapuava e, posteriormente, instalar um novo traçado entre a cidade da região Centro-Sul e Paranaguá.

“Nós não precisamos dos R\$ 10 bilhões. Com menos recursos, mas aplicados de forma mais racional, teríamos um projeto bem mais interessante ao Estado”, aponta Hanke. “Se o Mato Grosso do Sul quiser se interligar a nossa ferrovia para escoar sua produção por Paranaguá, eles que paguem pelo investimento”, completa.

Para o consultor, o projeto deveria contemplar regiões produtoras, que ainda não são cobertas por ramais. É o caso de Campo Mourão, que poderia ter uma ligação ferroviária com Cascavel ou Jussara, se integrando ao anel ferroviário do Estado.

Grau de importância
para o agronegócio

Duplicação de rodovias



Duplicação emergencial de rodovias estaduais estratégicas, como a PR-323 e a PR-280, e de trechos de rodovias federais, fechando o anel de integração.

Apesar da necessidade de se transferir a prioridade logística para o modal ferroviário, o sistema de escoamento de produção do Paraná ainda está calcado em rodovias. E alguns corredores importantes não estão sequer duplicados, como por exemplo, a PR-280 (nas regiões de Francisco Beltrão e União da Vitória) e a PR-323 (nas regiões de Maringá e Francisco Alves), além de trechos federais, como a BR-277, entre Foz do Iguaçu e Cascavel - segmento considerado bastante estratégico para o agronegócio.

“É uma duplicação mais que urgente. É urgentíssima. Além de ser pista simples, [a PR-323] tem um movimento

muito intenso e está em condições muito ruins e sem conservação. Isso aumenta o frete, causa acidentes e transtornos logísticos”, disse o presidente do Sindicato Rural de Maringá, José Antônio Borghi.

“Está uma calamidade. A PR-280, por exemplo, tem um fluxo muito grande e muitos acidentes. É uma estrada ruim, sem manutenção. Tudo isso encarece o frete e não dá condições de desempenhar a viagem. [A duplicação] é uma coisa que o governo precisa fazer”, avalia o presidente do Sindicato Rural de Realeza, Osvaldo Wagner da Rocha.

A intenção do governo do Paraná é repassar rodovias estaduais ao pacote de concessões federais que a União deve fechar em 2021. Entre essas, estão, além da PR-323 e da PR-280, a PR-091 e a ligação entre Campo Mourão e Guarapuava. O consultor da FAEP ressalta a necessidade urgente de duplicação da BR-277, no Oeste.

“É inadmissível que não tenhamos um anel de integração. Um trecho como, por exemplo, entre Foz e Cascavel não esteja duplicado é um atraso para o campo”, aponta Hanke. “O modelo precisa ser revisto. Se não houver a duplicação, que pelo menos se implante terceiras faixas em pontos de subida”, acrescenta.



Assista ao vídeo da matéria no nosso site
sistemafaep.org.br

Projeto envolve comunidade escolar pela preservação ambiental

Iniciativa desenvolvida no Programa Agrinho tornou alunos da zona rural de Castro mais participativos e interessados pelo meio em que vivem

Localizada a 20 quilômetros do centro de Castro, na região dos Campos Gerais, a Colônia São Sebastião é movida pela agricultura e pecuária. Desde cedo, as crianças que frequentam a Escola Rural Municipal de São Sebastião estão em contato com essa realidade e, provavelmente, serão responsáveis pela continuidade das atividades nas propriedades de suas famílias. Diante deste cenário, a professora Lia Márcia Ferreira da Silva elaborou um projeto para conscientizar os alunos a respeito da importância dos cuidados com o solo e o meio ambiente.

Sob o título “Alunos em defesa da natureza, preservando seu patrimônio: o solo”, muitas das atividades realizadas no projeto surgiram a partir de ideias dos próprios alunos e acabaram envolvendo toda a comunidade local.

A professora alinhou a estrutura curricular da escola com o Programa Agrinho e aprofundou a experiência do campo na vida das crianças. “Foi um projeto simples, pautado na realidade da comunidade escolar e dos alunos, aproveitando as famílias de cada um”, explica a coordenadora da Escola Rural Municipal de São Sebastião, Francisca Barth Quast.

Durante o calendário letivo de 2018, por meio de passeios, palestras e atividades em sala de aula, os alunos puderam aprender sobre agricultura familiar, agroecologia, tecnologia na agricultura, entre outros temas relacionados à proposta do Agrinho Solos. “Fizemos esse trabalho de conhecer os fundamentos da agricultura, a formação do solo, os vários tipos de plantio, pois as crianças precisam saber para então preservar e entender a importância disso”, destaca a professora Lia.

O projeto foi embasado pelo material didático do Agrinho Solos, resultado da união da metodologia do Programa Agrinho com o Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo), desenvolvido desde 2017. A categoria Agrinho Solos é voltada exclusivamente para os colégios agrícolas e visa a conscientização dos alunos sobre os princípios básicos de conservação e manejo de solo. A experiência pedagógica desenvolvida pela professora Lia Márcia conquistou o primeiro lugar na categoria em 2018.

De acordo com a diretora da escola, Elizabeth Barth Brandes, a participação no Programa Agrinho já é uma tradição para a entidade de ensino. “Todo ano desenvolvemos projetos. É sempre uma experiência boa para os nossos alunos, pois procuramos fazer algo voltado para a realidade da nossa escola, da comunidade e do município”, complementa.

Confira o vídeo do projeto vencedor do Agrinho Solos e conheça mais sobre o Agrinho no site www.sistemafaep.org.br.

CONFIRA O VÍDEO DA MATÉRIA

É fácil!

- Ligue a câmera do seu celular, aponte para o **QR Code**, acesse o link e assista;
- Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de **QR Code**.





Alunos da turma-piloto de Toledo estão utilizando os *tablets* no auxílio do aprendizado

Com 10 turmas-piloto, SENAR-PR inicia nova versão do PER

Versão atualizada do Programa Empreendedor Rural continua atendendo as demandas dos produtores paranaenses

O empreendedor é o indivíduo arrojado, inovador e criativo, que toma a iniciativa e estabelece estratégias para delinear o seu futuro. É aquele que consegue observar como seus produtos e serviços estarão colocados no cenário futuro e cria metas para que sua previsão se converta em realidade. Desde que foi criado, em 2003, o Programa Empreendedor Rural (PER) visa desenvolver as competências necessárias junto aos produtores rurais do Paraná, para que consigam levar seus sonhos adiante até torná-los realidade, aprendendo a reconhecer o cenário socioeconômico em que estão inseridos e seu papel nesse processo.

Ao longo de 15 anos, cerca de 30 mil participantes, entre produtores rurais, trabalhadores e familiares passaram pelo programa desenvolvido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PR) e Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do

Estado do Paraná (Fetaep). Ao longo deste período, a proposta passou por ajustes e adaptações para acompanhar as mudanças ocorridas na atividade agropecuária.

Neste ano, paralelamente as 35 turmas do PER realizadas nos moldes tradicionais do programa, outras 10 turmas estão em um formato-piloto, que traz um novo modelo de capacitação para os produtores paranaenses. No primeiro semestre de 2019 tiveram início turmas-piloto em Toledo (Oeste), Ibituva (Sudeste), Rio Negro (Região Metropolitana de Curitiba) e Tapira (Noroeste).

Segundo a técnica do SENAR-PR Luciana Matsuguma, co-ordenadora do PER, nesta proposta estão sendo desenvolvidas novas metodologias para contemplar, simultaneamente, três dimensões do aprendizado: elaboração de um plano de negócios, gestão do conhecimento e desenvolvimento humano. “No início, trabalhávamos estas competências separadamente, em momen-



Turma formada no município do Ibituva reúne produtores e familiares de propriedades da região

tos diferentes do curso. Depois essas três dimensões passaram a ser trabalhadas conjuntamente. Agora, além destes elementos, serão trabalhadas as relações entre família, negócio e patrimônio”, explica.

Formato

Com 136 horas de duração, as turmas-piloto contam com 17 encontros, sendo uma visita técnica à propriedade de um ex-participante do programa. “Onde os alunos vão conhecer na prática como foi a caminhada deste produtor durante o programa”, explica Luciana. Segundo ela, o objetivo do PER continua o mesmo: “Desenvolver e estimular o poder pessoal dos empreendedores do agronegócio de forma a ampliar sua capacidade influenciadora nas transformações da sociedade”. Neste percurso, os participantes trabalham uma proposta de mudança no seu negócio rural, com a elaboração de um plano de negócio que devem, ao final, colocar em prática.

Para auxiliar neste processo, cada participante das turmas piloto recebeu um *tablet* em comodato. O equipamento auxiliará na elaboração do plano de negócio e também facilitará a troca de informações entre instrutores e alunos. “Os participantes deste novo modelo do PER terão acesso a informações específicas, como artigos, vídeos e outros conteúdos”, adianta a coordenadora do programa.

No caso da produtora Eliane Cappellesso, que participa da turma-piloto em Toledo, iniciada no dia 29 de abril, a expectativa é muito boa. “Informação nunca é demais. As coisas mudam, a tecnologia mudou, os meios de se comunicar mudaram, então precisamos nos atualizar”, observa.

Após morar anos na Itália, Eliane retornou ao Brasil e, em fevereiro deste ano, abriu uma queijaria com produção de um

tipo diferente de queijo, receita italiana trazida pelo marido, também vindo da terra de Dante. O desafio, segundo ela, está em introduzir essa nova iguaria no mercado consumidor. “Como é um produto novo, as pessoas ainda não sabem como comer, como apreciar. Temos que ir conquistando, mostrando as possibilidades. Espera que o curso também me ajude nesse sentido”, confidencia.

Eliane conta que está atuando na parte administrativa da empreitada, enquanto o marido italiano cuida da produção do queijo. A importância de considerar o aspecto familiar no processo de gestão é um dos destaques do novo PER. “Planejar é olhar para o futuro, desta forma preciso considerar a família”, observa Luciana. Ou seja, o SENAR-PR incentiva a participação de casais, pais, mães e filhos nas turmas.

Para Francisco Pelicão, supervisor do SENAR-PR na região de Matelândia, que abrange Toledo, um fator que deverá contribuir para facilitar as relações familiares é que esta nova proposta contempla não apenas aqueles que participam diretamente do curso, mas também os que ficam na empresa rural.

“Nós vemos que essa é uma dificuldade muito grande, pois tecnologia e equipamentos, isso as cooperativas têm aqui na região. A lacuna está muitas vezes na gestão da propriedade a na visão que o empreendedor tem do próprio negócio. Esse é um ponto que o PER irá contribuir muito”, avalia.

Para chegar ao modelo de capacitação que está sendo trabalhado nas turmas piloto do PER foram realizados, ao longo de 2018, diversas reuniões com a presença das instituições gestoras, produtores, instrutores e especialistas para levantar as necessidades de atualização no programa. “Esse processo está sendo construído e validado junto com os produtores. Por isso, a participação é tão importante. Eles são coautores do programa”, finaliza Luciana.

SENAR-PR ajuda jovem produtor a profissionalizar produção de mel

Deli Bahls Fiúza Junior passou pelos programas JAA e PER e, após frequentar curso de apicultura, se dedicou a atividade

A atividade começou quase por acaso, quando, no fim de 2016, o jovem produtor rural Deli Bahls Fiúza Junior, então com 20 anos, ganhou do tio uma caixa para cultivo de abelhas africanas. A produção, no entanto, só passou a se profissionalizar em agosto de 2017, assim que Fiúza Junior frequentou o curso “Trabalhador na apicultura – Apicultura I”, que faz parte do catálogo do SENAR-PR, em Boa Ventura do São Roque, na região Centro-Sul do Paraná. A partir dali, o produtor passou a ver a atividade como uma profissão.

“Eu já tinha começado a produção na prática, mas o curso dá essa visão mais profissional. Ensina desde coisas simples que a gente não notava no dia a dia, como diminuir a entrada das abelhas na caixa, até técnicas de manejo que agregam bastante”, diz Fiúza Junior. “Minha produção está profissionalizada”, acrescenta.

A produção do apicultor ainda é pequena – são cinco colmeias. Mas o planejamento é quadruplicar o negócio em até dois anos, chegando a 20 colônias de abelhas. Paralelamente, Fiúza Junior pretende dar um salto na comercialização – aspecto que também foi abordado no curso. Por enquanto, ele vende diretamente a consumidores. A expectativa, no entanto, é de atingir compradores mais robustos, como mercados da região.

“A meta é continuar a suprir esses consumidores fieis, mas também atingir mercados, que têm capacidade de compra muito maior”, planeja. “Para algumas etapas, eu já preciso contratar ajudante. Vai gerando oportunidades para mais gente”, aponta.

Capacitação

Fiúza Junior mora com a família em uma propriedade de 16 hectares e, ainda na escola, sua vocação para o campo foi reforçada, quando, em 2014, participou do Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), desenvolvido pelo SENAR-PR. O programa é voltado à aprendizagem profissional rural de adolescentes que são filhos de produtores ou trabalhadores rurais. Posteriormente, Fiúza Junior também participou do Programa Empreendedor Rural (PER), idealizado pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, em parceria com Sebrae-PR e Fetaep.



Conhecimento ampliou os negócios do produtor Deli Fiúza

Curso do SENAR-PR

“Trabalhador na apicultura – apicultura I”

Modalidade: formação profissional rural

Objetivo: criar abelhas para produção de mel, cera, própolis, pólen e rainhas

Público-alvo: trabalhador e produtor rural

Carga horária: 32 horas

Idade mínima: 18 anos

“Todos esses cursos sempre me ajudaram muito, porque fazem a gente ver melhor, a ter um olhar profissional, mesmo. Os cursos sempre agregaram bastante e me levaram para a profissão em que estou hoje”, avalia.

Parceria com a New Holland



No dia 6 de maio, o gerente de treinamentos comerciais para a América Latina da New Holland, Cristiano Conte, e o instrutor da empresa Edson Luiz Limper estiveram na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba, para alinhar treinamentos voltados à operação e manutenção de máquinas. Ainda, as entidades buscam ampliar a parceria já existente na área de treinamentos. Hoje, a New Holland tem uma grande demanda por parte dos seus clientes e prestadores de serviços, o que gera uma oportunidade de utilização dos cursos do SENAR-PR.



Projetos do JAA premiados

No dia 3 de maio, o SENAR-PR realizou a premiação de projetos do programa JAA, referente ao concurso 2018. Na ocasião, dois projetos foram premiados: “Produção hidropônica de folhosa e tempero verde”, das alunas Adriane Zanco, Debora Letícia Padilha, e “Implantação de um hectare de mandioca”, dos alunos André Junior Koch, Pablo Duarte e Roberto Gueras Brais.

Fórum tem nova data em Curitiba

O fórum para mobilizar pecuaristas quanto aos aspectos relacionados aos próximos passos do Plano Estratégico 2017/26 previsto no Programa Nacional de Febre Aftosa (PNEFA) marcado para Curitiba teve a sua data alterada. Inicialmente agendado para o dia 16 de maio, foi transferido para o dia 29 do mesmo mês. No total, serão seis fóruns em diferentes cidades do Estado.

Mulheres do café

Mais de 300 pessoas participaram, no dia 7 de maio, do VII Encontro das Mulheres do Café do Norte Pioneiro do Paraná, no município de Jaboti. O encontro reuniu cafeicultoras de toda a região em um dia de ações. Na programação estiveram apresentações teatrais e palestras motivacionais, entre outras atividades relacionadas diretamente às boas práticas nas lavouras de café. O evento contou com o apoio do SENAR-PR, que disponibiliza cursos na área de cafeicultura, e da Emater-PR.

Rally de sustentabilidade

O *rally* de Uso e Conservação do Solo e da Água, que tem como objetivo conscientizar produtores rurais sobre a necessidade e as técnicas de preservação dos recursos naturais, chega remodelado à quarta edição. Promovido pela Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária (Fapa) e cooperativa Agrária e com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR, o *rally* será realizado no dia 21 de maio, período de entressafra na região de Guarapuava. Ao longo percurso, os pilotos poderão participar de atividades educativas relacionadas às boas práticas agrícolas e conservação do solo e da água em cinco pontos de parada.

Comercialização a passos lentos

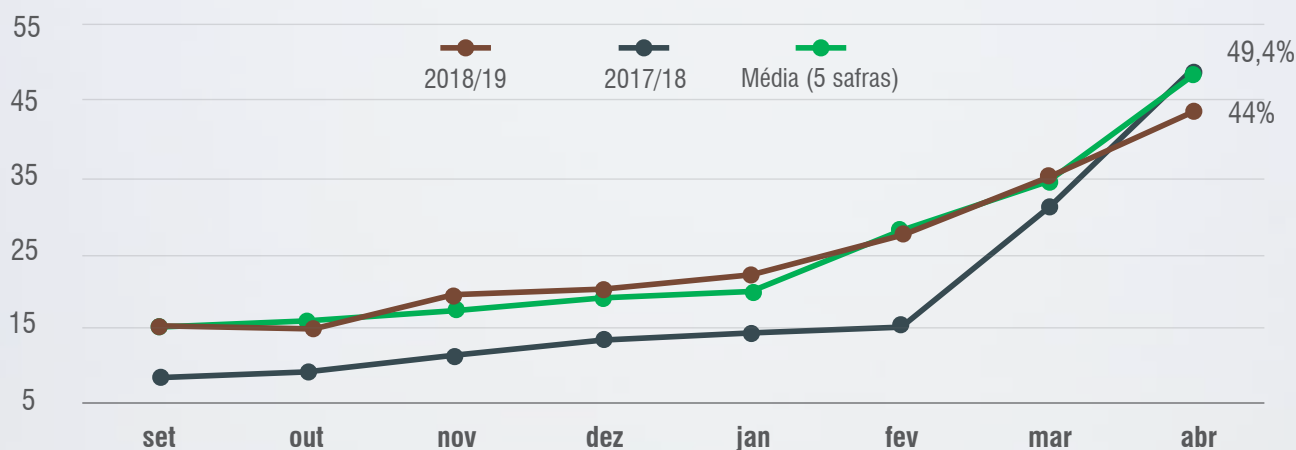
Quebra na safra estadual e redução do apetite chinês colocam negócios envolvendo a soja paranaense abaixo do ritmo da temporada passada

A comercialização da soja na safra 2018/19 tem caminhado de forma mais lenta. Os dados do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab) confirmam essa tendência, apontando que os negócios na temporada atual alcançaram 44% em abril deste ano, seis pontos percentuais mais lenta em relação à safra anterior. Porém, a comercialização está no mesmo patamar quando comparada à média das últimas cinco safras.



Por Luiz Eliezer Ferreira
Economista do Sistema FAEP/SENAR-PR

Evolução da comercialização da Soja no Paraná (%)



Fonte: Seab | Elaboração: DTE | Sistema FAEP



Diversos fatores podem explicar o avanço mais lento da comercialização da soja nesta safra no Paraná. O primeiro está na própria redução da produção. A produção estadual, já concluída, ficou em 16,2 milhões de toneladas, contra 19,6 milhões estimadas no início da safra, queda de 17%. Com a produção menor é de se esperar avanço também menor da comercialização. Conforme os contratos de venda antecipada são atendidos, o percentual para venda tradicional tende a diminuir em anos com safra menor.

Outro fator está na redução das exportações do Complexo Soja. As receitas com as exportações recuaram 13,1% no primeiro trimestre do ano no comparativo com igual período de 2018. Já o volume recuou 7,5%. Isso aponta para uma redução do apetite internacional pela soja paranaense. Vale lembrar que a China, principal comprador, está enfrentando dificuldades por conta da peste suína.

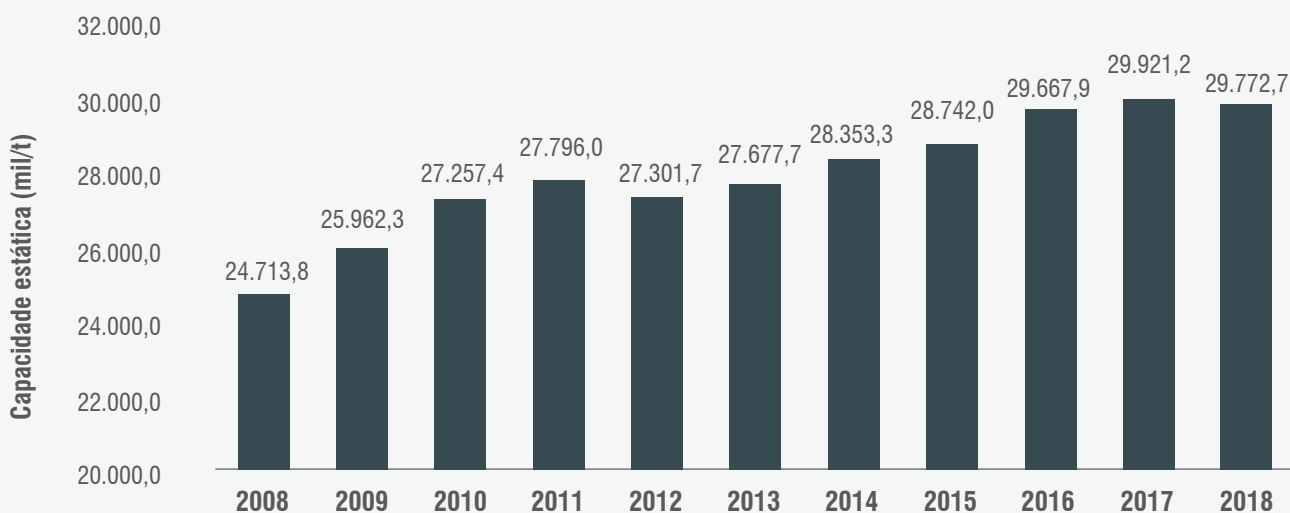
Os cenários político-econômico internacional e interno estão também no radar dos produtores paranaenses. No cenário mundial, o produtor está atento ao desenvolvi-

to do conflito comercial entre Estados Unidos e China. As negociações parecem caminhar de lado neste momento. E com um novo revés aos chineses, o governo dos Estados Unidos determinou novas taxações sobre produtos chineses. Novas reuniões entre os dois países já estão agendadas para maio, embora os chineses já sinalizaram a revisão das agendas. No mercado interno, o produtor tem observado os desdobramentos da política nacional e seus impactos sobre a taxa de câmbio. Ou seja, agricultores têm aproveitado as janelas de comercialização abertas em cada nova subida do dólar.

Por fim, as condições de oferta e demanda em outros importantes países produtores estão também sendo observados pelos produtores no Paraná. O clima tem se mostrado adverso neste início da nova safra nos Estados Unidos, principal concorrente do Brasil.

O cenário é de cautela e o produtor está atento, pois diversas são as variáveis a serem observadas e analisadas, o que exige atenção e estratégia no momento da comercialização.

Capacidade estática de armazenagem no Paraná



Fonte: Conab | Elaboração: DTE | Sistema FAEP/SENAR-PR

Armazenagem

Com a comercialização mais lenta, a hipótese de problemas de armazenamento logo é debatida com os agentes econômicos. Atualmente, a capacidade de armazenagem do Paraná está em 29,7 milhões de toneladas, com relativa estabilidade nas últimas três safras.

O problema de armazenagem, por ora, pode ser descartado, embora a perspectiva seja de produzir 37,3 mi-

lhões de toneladas na safra 2018/19, 7 milhões de toneladas acima da capacidade de armazenagem atual. Cerca de 2,96 milhões de toneladas de grãos (soja e milho) já foram exportadas apenas neste primeiro trimestre. Além disso, o forte consumo interno paranaense pela indústria de proteína animal e a chegada gradativa da produção aos armazéns garantem condições adequadas para a estocagem dos grãos.



JAGUAPITÃ

MIP SOJA

O curso “Trabalhador no Cultivo de Grãos e Oleaginosas – MIP Soja” aconteceu entre os dias 3 de setembro de 2018 e 27 de março de 2019, organizado pelo Sindicato Rural de Jaguapitã. O instrutor Eder Paulo Arrabal Arias treinou 12 pessoas.



PALOTINA

KAIZEN

Entre os dias 14 de janeiro e 26 de abril, o Sindicato Rural de Palotina e a Associação Comunitária Quinto Abrão Delazzari organizaram o curso “Trabalhador na administração de empresas agrossilvipastoris - Kaizen - 5S”. As aulas para 35 pessoas foram ministradas pelo instrutor Helmut Rohloff.



ANDIRÁ

MANUTENÇÃO DE ESCAVADEIRAS

O Sindicato Rural de Andirá e a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente promoveram o curso “Trabalhador na Operação e na Manutenção de Escavadeiras – Norma Regulamentadora 31.12”, nos dias 10, 11 e 12 de dezembro do ano passado. Um grupo de 10 alunos participou das aulas com o instrutor Bruno Bove Vieira.



JUSSARA

TRATORISTA AGRÍCOLA

Um grupo de nove pessoas participou do curso “Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12”, promovido pelo Sindicato Rural de Cianorte e Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. O instrutor Lucas David Schemberger ministrou as aulas entre os dias 24 e 31 de janeiro.



NOVA LONDRINA

APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS

Entre os dias 9 e 15 de março aconteceu o curso “Trabalhador volante da agricultura - operação de equipamentos para aplicação de agrotóxicos - pulverizador costal manual”, organizado pelo Sindicato Rural de Nova Londrina. O instrutor Hog de Almeida Lattanzio treinou 10 pessoas.



PARANAVAÍ

OPERAÇÃO DE TRATORES

Um grupo de 12 pessoas participou do curso “Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12”, promovido pelo Sindicato Rural de Paranavaí entre os dias 11 e 15 de março. As aulas foram ministradas pelo instrutor Marcio Vessoni Domingues.



CAMPINA DA LAGOA

CULTIVO DE FLORES

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa promoveu o curso “Floricultura - cultivo de flores”, nos dias 19, 20 e 21 de fevereiro. O Instrutor Geremias Cilião de Araujo Junior treinou 12 alunos.



ARAUCÁRIA

NOVA DIRETORIA

No dia 26 de abril, Antonio Gembaroski assumiu o mandato como presidente do Sindicato Rural de Araucária para o triênio 2019/22. A chapa ainda conta com o Celso Ternoski na vice-presidência e Elias Luiz Gondek como secretário.

VIA RÁPIDA

Aqui se fala, aqui se paga

O médico atende a um senhor muito rico que estava usando um aparelho de audição de última geração.

- E aí, seu Almeida, o que achou do aparelho?
- É excelente!
- E a sua família também gostou da novidade?
- Eu ainda não contei para ninguém, mas já mudei meu testamento três vezes!

Nome impronunciável

O vulcão Eyjafjallajökull, localizado na Islândia, foi o causador de um caos aéreo na Europa em 2010. Depois de uma erupção que lançou milhões de toneladas de poeira vulcânica na atmosfera, a nuvem tóxica se espalhou pelo continente, cancelando mais de 100 mil voos. O terror também se instaurou entre os comunicadores de rádio e televisão, que se aventuraram ao pronunciar o seu nome, algo parecido com "Eia fiatlai ohut".



Edifícios fakes

Ainda não dá para confiar em tudo o que se vê por aí. Em Nova York, por exemplo, existem diversos edifícios espalhados que não passam de fachadas para camuflar as ventilações e áreas de manutenção do seu complexo de linhas de metrô.



Terceiro olho

Uma cobra com três olhos foi encontrada na Austrália. Os especialistas constataram que se tratava de uma mutação natural, ou seja, sem intervenção genética e/ou manipulação humana. Além disso, o réptil enxergava com os três olhos. A cobra morreu 12 dias após ser capturada.



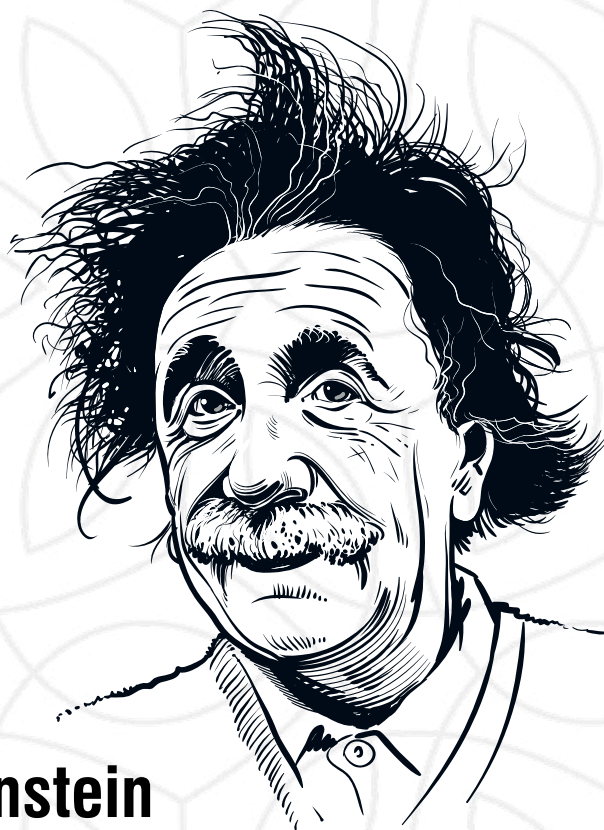
Um mito do avestruz

Você já ouviu que o avestruz esconde a cabeça em um buraco quando está com medo? Caso sim, aí vai o aviso: não passa de um mito. Para uma ave com as suas proporções, 2,5 metros de altura e 150 quilos, seria impossível o sentimento de segurança apenas escondendo a cabeça. Na verdade, a ave encosta sua cabeça no chão para detectar a presença de predadores por meio da vibração do solo, e usa a camuflagem de suas penas para se esconder. E quando não há alternativas, corre dos predadores a uma velocidade de 65 km/h.



Futebol feminino em figurinhas

A editora Panini lançou o álbum de figurinhas da Copa do Mundo de futebol feminino 2019, que já está nas bancas. Essa é a terceira vez que a empresa dedica a publicação ao evento (as anteriores foram em 2011 e 2015). O mundial desse ano acontece na França a partir do dia 7 de junho.



Einstein para estudo

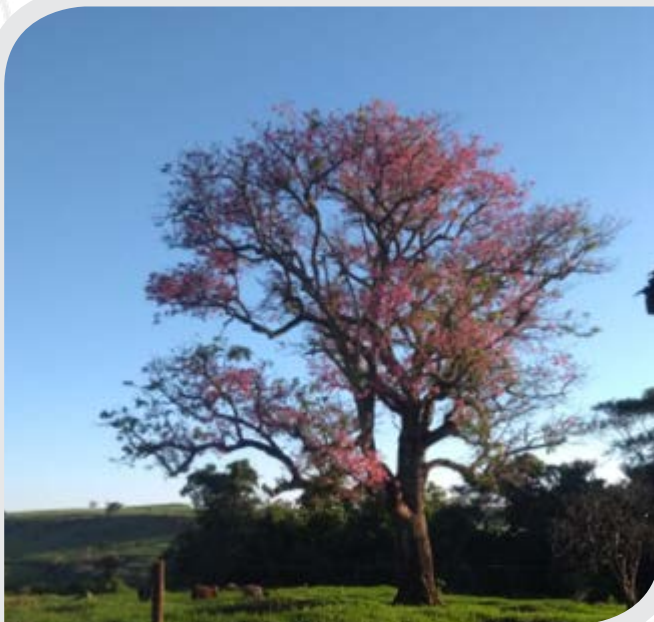
O físico teórico alemão Albert Einstein, que revolucionou a física moderna, faleceu em 1955. Antes de seu corpo ser cremado, Einstein doou o seu cérebro para a ciência, para ser estudado por universidades. Ainda, seus olhos foram destinados ao seu amigo e oftalmologista nova-iorquino Harry Abrams, que o preserva até hoje em um cofre.

Gata recordista

A gata malaia Bibi entrou para o livro dos records quando conseguiu a façanha de equilibrar nove dados com a sua patinha traseira. Pois é, você ainda não viu tudo nesta vida!



UMA SIMPLES FOTO



CURSO OPERAÇÃO DE TRATORES

Novo curso do SENAR-PR ensina a correta utilização do trator agrícola, envolvendo técnicas conservacionistas atualizadas.

Interessados devem procurar o sindicato rural local ou um dos escritórios regionais do SENAR-PR.



SISTEMA FAEP



Acesse a versão digital deste informativo:

sistematicaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistematicaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistematicaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|--|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não Procurado |
| ☐ Endereço Insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ Informação dada pelo
porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____

Em ____/____/____

Responsável

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

